

O presente documento divulga informação relativa à Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades da componente específica de Educação Especial 1 (Código 910), nomeadamente:

Objeto de avaliação

A prova tem por objetivo avaliar os conhecimentos dos candidatos, considerados essenciais para o exercício de funções docentes em educação especial (Grupo de recrutamento: Educação Especial 1) e respetiva aplicação a situações concretas.

1. Organização da educação especial e práticas de intervenção enquadradas pelo Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro.
2. Organização e práticas de intervenção enquadradas pelo Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro).
3. Organização geral do sistema educativo português.

Caracterização da prova

A prova é constituída por 30 itens escolha múltipla.

A prova é classificada numa escala de 0 a 100 pontos.

Só são consideradas as respostas que apresentem de forma inequívoca a opção correta.

Material

Como material de escrita, apenas pode ser usada caneta ou esferográfica de tinta preta.

As respostas são registadas no enunciado da prova.

Não é permitido o uso de corretor.

Duração

A prova tem a duração de 90 minutos.

Exemplos de Itens

Apresentam-se alguns exemplos ilustrativos do tipo de itens da prova.

Item 1

1. A Maria é uma aluna com NEE¹ e frequenta o 7.º ano de escolaridade. Os seus professores, a diretora de turma, o professor de educação especial, os terapeutas e o encarregado de educação reuniram-se para elaborar o PEI².

De quem é a responsabilidade pela coordenação do PEI da Maria?

- (A) De todos os intervenientes.
- (B) Dos professores.
- (C) Da diretora de turma.
- (D) Do professor de educação especial.

Item 2

2. A Daniela é uma aluna com NEE e transitou para o 2.º Ciclo. A avó da Daniela foi convocada pela diretora de turma para uma reunião para assinar o PEI, dado que é ela a encarregada de educação. A avó da Daniela não percebeu o conteúdo do documento nem a razão da reunião.

Considera que a ação da diretora de turma foi correta?

- (A) Não. A diretora de turma devia ter solicitado ao docente de educação especial que estivesse presente na reunião.
- (B) Não. A diretora de turma devia ter enviado o documento para o domicílio para ser lido antecipadamente pela encarregada de educação.
- (C) Sim. A diretora de turma agiu conforme o estipulado na lei.
- (D) Não, devia ter sido assegurada a participação ativa da encarregada de educação na elaboração do PEI.

Item 3

3. O Fernando e a Raquel são os pais da Luísa. A Luísa tem 2 anos e tem Trissomia 21. Desde o nascimento da filha que são apoiados pela ELI³ da zona da sua residência. Já foi elaborado um PIIP⁴ mas os pais estão muito apreensivos porque a Luísa ainda não fala.

Qual das seguintes ações deve ser desencadeada pela ELI?

- (A) Solicitar o apoio de um terapeuta da fala.
- (B) Rever o PIIP com a família.
- (C) Propor a frequência de uma creche.
- (D) Mudar de responsável de caso.

Item 4

4. A diretora de turma, a professora de educação especial e o encarregado de educação estão a elaborar o PEI do Luís. Como este jovem apresenta limitações motoras graves, foi decidido que o Luís passaria a ter “Adequações curriculares individuais”, ficando dispensado de frequentar a disciplina de educação física. Foi ainda decidido que o Luís não precisaria de mais nenhuma medida de educação especial, uma vez que se trata de um aluno que apresenta bons resultados escolares.

Concorda com a decisão tomada?

- (A) Sim. A decisão encontra-se legalmente enquadrada pelo estabelecido na alínea b) do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 3/2008 (“Adequações curriculares individuais”).
- (B) Sim. A decisão encontra-se legalmente enquadrada pelo estabelecido na alínea e) do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 3/2008 (“Currículo específico individual”).
- (C) Não. A equipa cometeu uma ilegalidade, uma vez que a dispensa de disciplinas não está prevista no Decreto-Lei n.º 3/2008 para os alunos que seguem o currículo comum.
- (D) Não. O professor de educação física teria, obrigatoriamente, que ter sido envolvido nessa tomada de decisão.

Item 5

5. Os pais do Rui consideraram que o seu filho deveria ter apoios de educação especial, tendo para o efeito formalizado a referenciação junto da escola. Passados dois meses foram informados, pela direção da escola, que ainda não tinha sido possível proceder à avaliação especializada, porque os professores tinham estado envolvidos na reformulação dos PEI de outros alunos. Confrontados com esta informação, os pais estão a ponderar apresentar queixa por incumprimento dos prazos estabelecidos na lei.

Considera que existe fundamento legal para a apresentação de queixa por parte dos pais do Rui?

- (A) Sim, porque foi ultrapassado o prazo definido na lei e porque não foi considerado que o serviço docente no âmbito do processo de avaliação assume carácter prioritário face a toda a atividade docente e não docente, com exceção da atividade letiva.
- (B) Não, porque a escola comprovou não ter os recursos humanos necessários para realizar o processo dentro do prazo definido na lei.
- (C) Sim, porque foram ultrapassados os 30 dias estabelecidos no Decreto-Lei n.º 3/2008.
- (D) Não, porque a tomada de decisão e a consequente elaboração do PEI, quando se justifique, deve ter lugar no prazo máximo de 60 dias após a avaliação especializada.

Chave das respostas

Item	1	2	3	4	5
Chave	(C)	(D)	(B)	(C)	(A)

¹ NEE: Necessidades Educativas Especiais

² PEI: Programa Educativo Individual

³ ELI: Equipa Local de Intervenção

⁴ PIIP: Plano Individual da Intervenção Precoce